

## GÊNERO, SEXO E CORPOS TRANS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE UM GRUPO DE APOIO E MILITÂNCIA COM TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

Juliana Perucchi\*  
Brune Coelho Brandão\*\*  
Junior Augusto da Silva\*\*\*

### Resumo

Este artigo apresenta uma interface conta de extensão universitária em pesquisa com travestis e transexuais. O artigo destaca a extensão universitária como uma estratégia relevante para as relações entre universidades, da sociedade e do Estado. Salienta a importância deste tipo de trabalho com pessoas vulneráveis.

**Palavras-chave:** Travestis. Transexuais. Extensão universitária. Processo grupal.

### Abstract

This paper presents a university extension account interface at research with transvestites and transgender people. The article highlights the university extension as a relevant strategy for closer links between universities, society and State. Notes the importance of this type of work with vulnerable people.

**Keywords:** Travesties. Transgender. University extension. Group process.

---

\* Professora doutora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora.

\*\* Psicóloga, mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora.

\*\*\* Bolsista de extensão, acadêmico do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora.

## Introdução

A presença de discussões acerca dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), no âmbito da política nacional, traz à luz uma parcela da população que se encontra historicamente à margem da sociedade brasileira. São cidadãos e cidadãs travestis e transexuais cujos direitos têm sido explicita e violentamente violados, sobretudo no âmbito das políticas públicas.

Além da grave negligência do Estado brasileiro na garantia dos direitos dessas pessoas, também se constata a sua invisibilidade no âmbito dos movimentos sociais. Seja no contexto do chamado “movimento gay” no qual a transfobia e o preconceito, muitas vezes velado, por parte de homens gays e de mulheres lésbicas, impede a participação ativa deste segmento seja no contexto de alguns grupos que se intitulam “feministas”, mas nos quais mulheres cisgeneros<sup>1</sup> ou cissexuais deslegitimam a participação de mulheres transexuais, pautando-se em argumentos que reiteram o caráter naturalizante do gênero colado a uma determinada configuração genital equivocadamente entendida como original de uma dada “natureza feminina”, pressuposto este amplamente questionado há tempos pelo próprio movimento feminista.

Nesse sentido, vale retomar as investigações do campo da teoria feminista que questionam a suposta naturalidade do dimorfismo sexual. Desde a famosa frase de Simone de Beauvoir “não se nasce mulher, torna-se mulher”, publicada em sua obra *O segundo sexo*, em 1949, tem-se constatado como a normalização social constrói a própria materialidade corporal. (BUTLER, 1990; 2001; FIRESTONE, 1976; GREER, 1970; HARAWAY, 1995; WITTIG, 1980).

Neste sentido, compartilhamos dos pressupostos de Donna Haraway quando afirma que o próprio binômio que distingue a “natureza” da “cultura” se encontra imerso e completamente contaminado pelo “paradigma

da identidade de gênero” que, por sua vez, reflete a ideologia liberal ancorada no racismo biológico. Nas palavras da autora:

*la negativa a convertirse o a seguir siendo un hombre o una mujer ‘generizados’ es una insistencia eminentemente política en salir de la pesadilla de la narrativa imaginaria-demasiado real- del sexo y de la raza* (HARAWAY, 1995, p. 250).

As identidades trans<sup>2</sup> são determinadas por (auto)identificações. Assim, pessoas que se identificam como mulheres promovem modificações corporais com o intuito de deixá-lo mais próximo possível do convencional gênero feminino, vestindo-se e performando-se como tal. Seria o caso de mulheres travestis e transexuais (BENEDETTI, 2005). No caso de homens trans, as mudanças ocorrem no sentido de se vestir, modificar o corpo e performar-se o mais próximo possível do que se convencionou como masculino.

Faz-se necessário, portanto, como nos propõe Judith Butler (1990; 2001) não só para os movimentos feministas mas para a sociedade como um todo, o estabelecimento de uma ruptura com a lógica binária de gênero estabelecida e naturalizada pela cultura na sociedade para que se pense para além da polarização das possibilidades de se experimentar o gênero, tendo em vista a fluidez das identidades dos indivíduos. Assim, pode-se trazer à tona a noção de performatividade, sendo esta regida pela reiteração de normas regulatórias, isto é, “como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (BUTLER, 2000, p. 151). No entanto, o que se observa é que os sujeitos que não se encaixam nas normas regidas pelo padrão heterossexual hegemônico são sempre colocados à margem da sociedade, tornando-se seres abjetos:

Esta matriz excludente pela qual os sujeitos são formados exige, pois, a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são ‘sujeitos’, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas ‘inóspitas’ e ‘inabitáveis’ da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do ‘inabitável’ é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. (BUTLER, 2000, p. 153).

<sup>1</sup> Cisgênero ou cissexual é um termo utilizado para designar uma pessoa não-trans, ou seja, uma pessoa que nasceu com determinada genitália (sexo) que fora alinhada convencionalmente pela linguagem como consonante ao gênero com a qual se sente mais à vontade. Evita-se o uso de termos como bio mulher ou bio homem para desnaturalizar o gênero e romper com o pressuposto de que se nasce homem ou mulher.

<sup>2</sup> Optou-se por utilizar nesse artigo termo trans como um guarda-chuva para abarcar as experiências mulheres travestis e transexuais, de homens transexuais e de qualquer outra pessoa que se encontre em algum trânsito de gênero.

No caso das mulheres travestis e transexuais, esta abjeção se torna ainda mais latente pelo fato de trazerem impressas em seus corpos as marcas desta subversão às normas regulatórias do sexo e, em função disto, a condição de vulnerabilidade social a que são submetidas cotidianamente é ainda mais contundente. Percebe-se que até mesmo entre os seres considerados abjetos<sup>3</sup> se estabelece uma hierarquia valorativa na qual a transexualidade e a travestilidade assumem o último lugar dentro desta graduação e a heterossexualidade assume a posição do ideal a ser alcançado de aceitabilidade e respeitabilidade social. (RUBIN, 1993).

A vulnerabilidade à qual as pessoas travestis e transexuais estão submetidas cotidianamente abrange as mais diversas áreas. Muitas vezes, acaba por ter o Estado como legitimador, quando este se omite diante das demandas específicas desses indivíduos frente às suas necessidades na saúde, direitos civis, educação, etc. Sendo a dificuldade ao acesso à rede pública de saúde um dos problemas mais recorrente na vida de travestis e transexuais, seja ela pela falta de preparo das equipes médicas para acolhimento dessas pessoas, por vezes desrespeitando a própria legislação vigente, como ocorre no caso do direito ao uso do nome social, ou pela falta de infraestrutura para a realização das cirurgias de transgenitalização, no caso das transexuais, que atualmente só pode ser realizada pela rede pública de saúde, mas que, no entanto o número de hospitais credenciados para a realização de tal procedimento se mostra completamente insuficiente para o atendimento de toda a população de transexuais, o que contraria completamente a resolução do Ministério da Saúde que garante toda a realização do processo transexualizador pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de agosto de 2008 (LIONÇO, 2009).

Essa dificuldade faz com que pessoas travestis e transexuais recorram a métodos clandestinos e ilegais para a realização das transformações corporais que almejam, para se “adequarem” à norma do gênero com o qual se identificam e assim adquirirem inteligibilidade para a sociedade. Tal fato ocorre tanto com homens

quanto mulheres trans, sendo que, no caso das mulheres, esta questão está mais visibilizada, como aponta Marcos Renato Benedetti em sua etnografia acerca do universo travesti, realizada na cidade de Curitiba:

Aplica-se o silicone em praticamente todas as partes do corpo: pernas, joelhos, coxas, quadris, nádegas, seios, face, boca etc. O produto é muito valorizado porque tem efeito imediato, já que os resultados são visíveis ao final da operação. Como me disse Silvana, ‘o silicone te dá formas que o hormônio não dá’. É usualmente aplicado de forma caseira, normalmente por uma travesti mais velha [...] com um nome muito famoso na praça, que é chamada de *bombadeira*- porque *bombar* é o ato de injetar silicone. (2005, p. 81).

Esses métodos, por vezes, se tornam responsáveis por causar mutilações/ deformações nos corpos dessas pessoas e, em alguns casos, levando-as à morte, em função do desrespeito a um direito constitucional destes indivíduos: o direito ao acesso à saúde de forma integral, universal e baseado no princípio da equidade, como prevê a diretriz fundante do sistema único de saúde brasileiro. Para além da dificuldade no acesso a este direito, existe o fato de as políticas de saúde serem sempre formatadas para a população heterossexual, negligenciando as demandas específicas da população LGBT (BORGES; SOUZA, 2012).

Apesar do crescente interesse acadêmico pelo tema da diversidade sexual, ainda pouco se pesquisa sobre travestis, transexuais e pessoas intersexuais. Grande parte dos estudos sobre este tema parte de pesquisadores inseridos no campo da antropologia no qual foram produzidas investigações sobre travestis (BENEDETTI, 2005; PELÚCIO, 2007); sobre transexuais (BENTO, 2006), e sobre pessoas intersexuais (MACHADO, 2008). Já no campo da psicologia, encontramos trabalhos que abordam o tema da transexualidade a partir de uma perspectiva psicanalítica (ARÁN; MURTA, 2009; ARÁN; ZAIDHAFT; MURTA, 2008), sendo ainda muito pouco estudados os fenômenos da travestilidade e também da intersexualidade.

Ademais à escassez de produções sobre o tema, outro fato que dificulta o estudo da população “T” no Brasil é a inexistência de números oficiais sobre travestis e transexuais, em função desses indivíduos não serem contabilizados oficialmente pelo governo. Tal fato impossibilita um conhecimento maior dessa população e, com isso, inviabiliza a elaboração de políticas públicas eficientes, sujeitando essas/es cidadãs/os a uma

<sup>3</sup> Em entrevista realizada por Baukje Prins e Irene Meijer (2002) com a filósofa norte-americana Judith Butler, posições abjetas são ocupadas por aqueles corpos que não importam. Sob uma perspectiva epistemológica, são corpos que não são inteligíveis e, sob uma perspectiva política e normativa, não têm uma existência considerada legítima.

realidade de vulnerabilidade social e, sobretudo, programática. Enquanto gays, lésbicas e bissexuais encontram, de certa forma, algum amparo em conselhos de psicologia e serviço social, as experiências vividas por travestis e transexuais ainda é vista como um distúrbio patológico, estando ainda presente em manuais internacionais de transtornos como o Manual Diagnóstico e Estático de Doenças Mentais – DSM-IV (LIONÇO, 2009).

Desse modo, este é um trabalho de extensão universitária que se dá em forma de pesquisa-intervenção e integra um conjunto de investigações e ações desenvolvidas por pesquisadoras/es mineiras/os (UFJF/UFMG) e de outras regiões do Brasil (UFSC/UFPE) acerca do tema do universo trans e seus desdobramentos no âmbito da saúde. O presente trabalho tem como tema os corpos trans (e travestis) em sua intersecção com os sistemas sexo/gênero, e busca analisar a produção das subjetividades contemporâneas tendo como foco as sexualidades e identidades desviantes/dissonantes da heteronormia; problematizando, nesse cenário, a constituição dos corpos, sob a ótica da relação gênero/sexo/corpo, a partir das narrativas de si produzidas por sujeitos travestis e transexuais residentes na cidade de Juiz de Fora e região da Zona da Mata mineira. Partimos do conceito de subjetividade tal como o define Michel Foucault (2004[1984], p. 236): “a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo” e, nesse caso, interessa-nos “menos a busca da verdade e muito mais a identificação das condições de possibilidade para que determinada narrativa emergja enquanto discurso” (FISCHER, 1997, p. 13).

Sendo assim, a experiência de extensão universitária aqui relatada se desenvolve por meio da formação de um grupo que reúne – quinzenalmente, na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais – travestis e transexuais para discutir temas específicos sobre saúde e políticas públicas que atravessam o cotidiano dessa população, objetivando a mobilização política e a criação de vínculos pessoais, formando-se assim uma rede de apoio entre as/os participantes do grupo. Além disso, participa do grupo a equipe formada por um psicólogo, uma aluna do programa de mestrado em psicologia da UFJF e um aluno do bacharelado interdisciplinar em ciências humanas da UFJF.

### Contextualizando o grupo

A partir do projeto de pesquisa intitulado *Gênero, sexo e corpo travesti: abjeções e devires nos contextos urbanos de Minas Gerais*<sup>4</sup>, o grupo de pesquisadoras/es realizou uma imersão preliminar a campo de inspiração etnográfica, consistindo em uma observação participante, metodologia advinda do campo da antropologia que sugere tornar familiar o que lhe é estranho e estranhar o que lhe é familiar, propondo pensar sob a lógica e os valores dos participantes da pesquisa-intervenção (FONSECA, 1999). A partir disso, teve-se acesso a uma rede de informantes-chave, dentro da metodologia de bola de neve (*snowball*). Foram realizadas inicialmente entrevistas iniciais com as/os participantes da pesquisa e, a partir das narrativas de si produzidas, percebeu-se a necessidade de uma rede que pudesse articular as principais demandas da população travesti e transexual na cidade.

Tendo em vista tal necessidade, a equipe decidiu propor às/aos participantes a formação de um grupo de apoio e militância para pessoas travestis e transexuais. Os objetivos desse grupo podem ser resumidos em dois principais. O primeiro deles seria fomentar uma rede de troca de experiências de pessoas que passam por situações semelhantes e, a partir dessa troca, pensar meios de ajuda mútua dentro do contexto de cada pessoa – a via do apoio do grupo. O segundo seria pensar quais as principais lacunas de serviços, seja no campo da saúde, do direito, da educação, etc., que pessoas travestis e transexuais sofrem cotidianamente e, a partir disso, refletir em ações que possam combater tais empecilhos – a via da militância do grupo.

---

<sup>4</sup> Projeto de pesquisa com o objetivo de estudar as relações entre produção de subjetividades e processos de construção corporal dentro da ótica sexo-gênero-corpo. Este projeto conta com o fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e é um desdobramento do projeto de pesquisa intitulado *Gênero, sexo e corpo travesti: abjeções e devires* (que, por sua vez, contou com fomento do CNPq, sob coordenação da professora doutora Maria Juracy Filgueiras Toneli (UFSC), sendo desenvolvido em três cidades: Florianópolis, Juiz de Fora e Recife, em uma parceria entre a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).



## Método

Do ponto de vista operacional, o grupo funcionou com “rodas de conversa”, com a presença da equipe, intervindo e tentando focalizar e aprofundar as discussões que emergiam. Esta estratégia grupal foi baseada na perspectiva de trabalhos em grupo conhecida como “grupo focal” (MINAYO, 2000). Em linhas gerais, o objetivo geral era criar um ambiente coletivo no qual as/os participantes pudessem compartilhar experiências e em que a equipe de pesquisa pudesse identificar os principais enunciados que emergem dessas experiências. Esta escolha pela modalidade de trabalho de grupo focal como roda de conversa mostrou-se uma técnica privilegiada de diálogo e intercâmbio de ideias e modos de vida, proporcionando comunicação e expressão das/os participantes do grupo. As conversas no cotidiano, aproximando as/os participantes, mostraram-se, ao contrário do que um modelo de ciência mais tradicional afirma, uma metodologia interessante de pesquisa em psicologia social, visto que, além de serem um meio de interação social e de socialização humana, podem auxiliar na construção ativa do conhecimento (BATISTA; BERNARDES; MENEGON, 2014).

As reuniões do grupo tiveram início em janeiro de 2014 e conta atualmente com aproximadamente 15 encontros realizados no Centro de Psicologia Aplicada da Universidade Federal de Juiz de Fora (CPA/UFJF). Optou-se por um *setting* mais informal e que fugisse de uma perspectiva psicopatologizante do grupo. Como o foco não é desenvolver terapia grupal, mas pensar a partir das experiências trans das/os participantes quais os desdobramentos da transfobia no contexto municipal e em meios de combatê-la, a sala escolhida conta com um tapete e almofadas objetivando tornar o ambiente acolhedor. Todas/os sentam-se em roda, em uma espécie de roda de conversa na qual a equipe pesquisadora atua como facilitadora das discussões. Essa metodologia se assemelha à ideia de grupos focais, em que são discutidos tópicos específicos a partir de informantes selecionados tendo por base a comunicação e interação grupal (KITZINGER, 2000 apud TRAD, 2009). Através dessas conversas, percebemos a produção de sentidos que as/os participantes atribuem às suas vivências, tornando-as protagonistas na produção do saber e aproximando o/a pesquisador/a da realidade estudada. Nesse sentido, consideramos que “o conhecimento é

algo que se faz junto, sendo coletivamente produzido e tendo como matéria-prima a linguagem em uso e outras materialidades que compõem as relações cotidianas” (BATISTA; BERNARDES; MENEGON, 2014, p. 104).

Os temas dos encontros são livres e sugeridos pelas próprias pessoas presentes no dia. Geralmente, os temas que mais se repetem são: lacunas no acesso integral aos serviços de saúde e desrespeito ao uso do nome social e da identidade de gênero. Ao todo, passaram pelo grupo 12 de pessoas, sendo 8 mulheres travestis e transexuais, 3 homens trans e a companheira de um dos homens trans, que é uma mulher cissexual. A equipe decidiu por não restringir o grupo apenas a pessoas trans, visto que outras pessoas cissexuais próximas também esbarram a algumas situações de preconceito e necessitam de suporte coletivo.

Os encontros do grupo são filmados – com consentimento de todas/os as/os participantes – para registro das atividades e análise das narrativas produzidas nos encontros sob a perspectiva metodológica da análise do discurso foucaultiana. Dentro dessa metodologia busca-se perceber quais os jogos de relações de poder que conduzem a possibilidades e impossibilidades enunciativas, que “faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. É o sistema geral da formação e da transformação de enunciados” (FOUCAULT, 2012, p. 159). Enunciados que materializam as práticas e dificuldades cotidianas que pessoas trans encontram em seu percurso, em que atua o princípio da exclusão: um campo da ordem do anonimato que define lugares possíveis a sujeitos falantes através de suas configurações. (FOUCAULT, 2012). Nas palavras do próprio autor, a metodologia propõe a se pensar: “a partir do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, passar às suas condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras” (FOUCAULT, 1996, p. 53).

## Produtos e Ações

Os principais produtos e ações podem ser resumidos em: proposta de um projeto de lei para implementar uma carteira de identificação municipal para pessoas trans, busca por um apoio jurídico nos casos de processos

cíveis e criminais, a elaboração de um folheto informativo para pessoas trans em Juiz de Fora e a distribuição de preservativos nos principais pontos de prostituição da cidade (“na pista”, como denomina o termo endêmico das mulheres travestis e transexuais). Em um dos encontros, ficou determinado que o grupo se chamaria VisiTrans, em face do compromisso de se promover a visibilidade de pessoas trans no município. Neste sentido, vale destacar o que já apontou José Francisco de Melo Neto em seu artigo, ao afirmar que a extensão, em sua dimensão de trabalho social:

gera um produto que também apresenta suas contradições, mas que se constituirá, sobretudo, como uma mercadoria social, na medida em que é, produzida por aqueles que realizam a extensão. Um produto, seja conhecimento teórico ou tecnológico, que precisa ser gerenciado pelos produtores principais: instituições (agentes da universidade) e comunitários. Isto é importante para tornar possível a socialização desse produto, caracterizando esse momento como o da devolução das análises ou outros produtos aos seus produtores. Isto possibilita, hoje, um novo agir sobre a realidade gerando conhecimento através da extensão, na direção das necessárias transformações, buscando-se a superação de processos de exclusão e promotores de injustiças (2003, p. 7).

### A elaboração do Projeto de Lei

Um pouco antes do início do grupo, uma participante que participou como entrevistada no projeto de pesquisa anteriormente citado procurou a equipe de pesquisa com uma demanda: ela e o nosso núcleo de pesquisa fomos convidados a auxiliar na construção de um projeto de lei municipal que objetivava implementar uma carteira de identificação municipal para pessoas transexuais e travestis no município. Como a mudança oficial de nome nos documentos de registro, no Brasil, deve passar necessariamente por um processo judicial (algo que costuma ser muito demorado), a estratégia seria desenvolver um documento que pudesse substituir os oficiais e que evitasse o constrangimento que pessoas trans passam ao ter um documento com um nome dissonante com a sua identidade de gênero. Esses episódios de constrangimento são comprovados pelo seguinte excerto do grupo:

– *O constrangimento agora é assim, quando mostro a identidade nos lugares, perguntam: ‘Cadê a fulana?’, aí eu tenho que falar, tentar explicar. Eu passo por isso direto. Um dia eu fui receber, aí o cara falou assim: ‘Ué, você tá representando a fulana?’, aí eu tive que*

*explicar pra ele, ele falou assim: ‘Espera q eu vou chamar o gerente’. Acho que ele achou que eu não era eu. Aí a moça do lado já me conhece e falou assim: ‘não’ e conversou com ele. (Homem transexual participante do grupo, 40 anos).*

– *Mas acho que nem é chamar o gerente, mas a polícia também por constrangimento que você não precisa passar. Eu não penso duas vezes, chamo o gerente e chamo a polícia também. [Todos: Risos]. Por que no boletim de ocorrência peço indenização por danos morais e constrangimento público. Por que você já tá com o seu documento ali! Vai ficar duvidando do quê? (Mulher travesti participante do grupo, 35 anos).*

Conhecendo algumas histórias semelhantes e percebendo a necessidade de o poder público municipal enfrentar essa situação, um vereador da cidade nos encaminhou, através de seu advogado um projeto de lei para implementar a carteira de identificação no município. O primeiro encontro do grupo teve como foco a leitura e discussão dessa lei. O projeto que chegou até nós propunha que o documento tivesse amplitude municipal, pois seria emitido pela Câmara dos Vereadores, e possuiria dois campos: uma para designar o nome social e outro constando o nome de registro. Esse aspecto trouxe um desconforto geral, pois manter o nome de registro causaria o mesmo constrangimento que o documento buscava evitar.

Considerando a complexidade destes processos de identificação pública, parece pertinente lançarmos mão das problematizações de Michel Foucault acerca do caráter produtivo dos discursos sobre os corpos. Neste sentido, uma das características do discurso é a própria contradição, como diria Foucault (2012). Ela se materializa em enunciados de acordo com contingências do que é possível dizer naquele momento. Assim, a presença da contradição ressaltaria o caráter de marca da vivência trans atrelada a um passado tido como o “natural”, o que deslegitimaria a identidade de gênero da pessoa. Conforme se pode analisar nos relatos das pessoas do grupo:

– *Inclusive o termo nome social eu acho que já tá marcando. De alguma forma, ter que usar o termo nome social já tá te marcando, tá tirando o nome que você tem, o nome civil, mas de qualquer forma também tá te marcando de uma outra forma. Só substituiu o nome civil por um outro marcador, que é o nome social. Eu*

*creio que esse nome social, ele, ele vai, assim, porque a pessoa, quando ela quer ser sarcástica, ela consegue ser. Ela vai arrumar um jeito de ser, porque quando você tá ali taxada pelo nome social vai acontecer o mesmo constrangimento que a colega aqui falou.* (Mulher travesti participante do grupo, 35 anos).

O desconforto reflete, então, o fato dos dois nomes comporem o documento reiterar a marca de uma identidade de gênero destoante com a qual a pessoa se identifica, abrindo margem, como os excertos acima traduzem, para uma série de violações e desrespeito ao gênero dessas pessoas. A solução encontrada foi retirar o nome de registro e a nomenclatura “nome social”.

– *Em vez de usar o termo nome social no projeto [de lei] poderia ser o verdadeiro nome de identificação.* (Mulher transexual participante do grupo, 28 anos).

– *Vai ficar especificado, mas aí o tamanho que vai ficar esse documento, né? NOME social, NOME de registro, né? (Risos) Dá uma confusão danada. Nome é nome e pronto acabou. Pra quê dois nomes? [Todos: Risos] Já que vai ter o nome social não precisa ter... Só o nome social e pronto. Mesmo que precise ter "nome social", pronto, num precisa colocar o outro.* (Mulher Intersexual participante do grupo, 38 anos).

A construção coletiva do documento foi bastante profícua, pois, através dela, a equipe teve acesso aos episódios cotidianos de transfobia que as/os participantes do grupo passam. Com base nesses relatos e nessa escuta, buscou-se propor uma política pública que esteja realmente de acordo com as reais necessidades da referida população, com a participação ativa de parte dela na sua elaboração.

Outra deliberação do grupo VisiTrans foi que o documento fosse idêntico ao de identidade, de modo a não reiterar a estigmatização que pessoas trans sofrem na sociedade. Todas as modificações foram realizadas pela equipe e encaminhadas ao advogado do referido vereador. Por motivos de ser ano eleitoral, o projeto ainda não foi alvo de audiência pública, mas esperar-se que seja proposto o mais rápido possível.

### **A busca por apoio jurídico**

Outra demanda constante no grupo era um profissional que pudesse oferecer apoio jurídico às/aos participantes do grupo de apoio. Assim, realizamos uma parceria com

a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), onde as/os participantes obtêm consultoria jurídica gratuita pelo escritório-escola. O professor de Direito responsável pela parceria se prontificou a atender tanto as demandas cíveis (como processos de mudança de nome e estado de gênero nos registros civis) e penais (no caso de violações de direitos, como episódio de violência transfóbica sofrida). Atualmente, encaminhamos apenas processos relativos à mudança nos documentos.

### **A rede informal de encaminhamentos para o processo transexualizador**

Com o decorrer do grupo, percebemos que as pessoas que chegavam buscavam orientações sobre como ter acesso a serviços de saúde, tais como a cirurgia de transgenitalização, popularmente conhecida como cirurgia de mudança de sexo e acompanhamento hormonal. Percebe-se, nesse sentido, a dificuldade no acesso às informações quanto ao processo burocrático que envolve a cirurgia e a ineficiência do governo na divulgação e treinamento das equipes de atendimento. Geralmente há um desconhecimento das questões de saúde para essas pessoas, bem como o funcionamento e a articulação de uma rede de encaminhamentos sistemáticos para o processo transexualizador.

O processo transexualizador foi instituído no Sistema único de Saúde (SUS) pelas portarias n. 1.707 e n. 457, em 2008. Contudo mesmo que as portarias garantam o acesso por parte de pessoas trans aos serviços públicos de saúde, deve-se levar em consideração que:

O Processo Transexualizador compreende um conjunto de estratégias de atenção à saúde implicadas no processo de transformação dos caracteres sexuais pelos quais passam indivíduos transexuais em determinado momento de suas vidas. Não se trata, portanto, do estabelecimento de diretrizes para a atenção integral no sentido estrito, mas daquelas ações necessárias à garantia do direito à saúde circunscritas à passagem para a vivência social no gênero em desacordo com o sexo de nascimento. (LIONÇO, 2009, p. 44).

Além disso, em âmbito nacional, há somente quatro centros especializados para atender pessoas trans, englobando serviços de psiquiatria, endocrinologia e psicologia, bem como a cobertura de procedimentos cirúrgicos, dentre a principal está a cirurgia de transgenitalização. Tais serviços estão habilitados para a realização dos procedimentos para o Processo



Transexualizador, conforme Anexo IV da Portaria do Ministério da Saúde número 457, de 19 de agosto de 2008. São eles: Hospital de Clínicas de Porto Alegre – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS; Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro/RJ; Fundação Faculdade de Medicina HCFMUSP Instituto de Psiquiatria – Fundação Faculdade de Medicina MECMPAS – São Paulo/SP; Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás – Goiânia/GO (PERUCCHI et al., 2014).

Nesse sentido, as demandas de saúde da população trans são atendidas somente nos centros especializados supracitados, conforme relata uma participante do grupo:

– Ela [médica da rede pública municipal] falou que ela não entendia disso [a transexualidade] não e que era preferível que eu continuasse tratando no rio de Janeiro [no centro especializado]. (Mulher Transexual participante do grupo, 34 anos).

Assim, as experiências das/os participantes do grupo VisiTrans em termos de procedimentos burocráticos para o acesso aos serviços eram compartilhadas no grupo, de modo que se articulou uma rede informal de encaminhamento que proporcionava às/aos novas/os participantes o “caminho das pedras”. Haja vista que há pessoas no grupo que fazem acompanhamento em serviços especializados à população trans em outros municípios. O grupo assume, assim, um papel de relevância nas experiências individuais, funcionando em alguns casos como o primeiro contato com os trâmites legais que envolvem o processo transexualizador, visto que há uma lacuna na atenção primária de saúde que desconhece as estratégias e lugares de encaminhamento para os serviços especializados no que tange a pessoas travesti e transexuais.

Em Juiz de Fora, todavia, travestis e transexuais não conseguem acompanhamento endocrinológico com um profissional especializado em saúde. Há reclamações de que os endocrinologistas da cidade encaminham essas pessoas para o Rio de Janeiro, capital (Setor de Urologia do Hospital Universitário Pedro Ernesto – UERJ e o Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia Luiz Capriglione). Assim, essas/es pacientes têm que se deslocar até ao Rio de Janeiro para marcar a consulta, pois precisam de um comprovante de marcação para

poder agendar um transporte no Tratamento Fora de Domicílio (TFD). De posse do documento de marcação, vão até o prédio do PAM Marechal e solicitam o transporte para o local da consulta. Como as consultas nos locais indicados são pela parte da manhã, geralmente por volta das sete horas, muitas vezes, as/os pacientes têm que sair da cidade por volta de duas horas da manhã para conseguir chegar a tempo na consulta marcada (primeiro ônibus disponibilizado para o Rio de Janeiro; o próximo é somente às cinco horas da manhã, com previsão de chegada somente às 8 horas na rodoviária). De volta, de acordo com a disponibilidade de ônibus conveniados pela prefeitura, realizam exames no município de Juiz de Fora e devem retornar ao Rio de Janeiro novamente via TFD para reagendar o transporte.

Considerando o dispêndio físico e financeiro dessas pessoas, visto que o Sistema de Saúde só arca com despesas relativas ao transporte intermunicipal e negligencia os gastos com alimentação e transporte intramunicipal, percebe-se que seria interessante haver um acompanhamento endocrinológico na cidade que possa atender a demanda hormonal exclusiva de travestis e transexuais. Tendo em vista a alocação de recursos e o acesso universal à saúde, a focalização de ações e políticas específicas é um recurso necessário, muitas vezes, para a própria efetivação da universalidade, mediante promoção da equidade entre grupos em situação desigual, como ocorre no caso de travestis e transexuais.

Além disso, tomando como parâmetro a perspectiva ampliada da saúde, tal como preconizada como direito de cidadania pela Constituição de 1988, a atenção à saúde da população travesti e transexual não deve ser considerada apenas do ponto de vista da epidemiologia. Mais que isso, deve-se buscar a promoção de saúde e dignidade de tal segmento, bem como garantir acesso pleno e digno à saúde, sem qualquer negligência por parte do Estado.

### **A construção coletiva do folheto VisiTrans**

Com base nas dificuldades encontradas por travestis e transexuais no seu cotidiano, algumas compartilhadas no espaço do grupo, nosso núcleo de pesquisas decidiu construir coletivamente um folheto informativo para essa população. Em relação à saúde, as principais reivindicações foram em relação à falta de



acompanhamento endocrinológico na atenção primária e secundária de seu município e o desrespeito ao uso do nome social no contexto da saúde pública, mesmo que o uso seja legitimado pela portaria n. 1820 acerca dos direitos dos usuários do SUS (PERUCCHI et al., 2014). O excerto a seguir ilustra isso:

– *Eu acho que o que pode ser falado, ser discutido, é que precisa ter uma divulgação, a divulgação, mas precisa acontecer mesmo. Por que igual o cartão social, já estamos com o cartão social, o cartão social do SUS, só que tem pessoas que não estão respeitando o cartão social. Chamando pelo nome de registro. Por falta de divulgação.* (Mulher transexual participante do grupo, 34 anos).

Assim, o folheto desenvolvido informa acerca do direito do uso do nome social pela Portaria nº 1.820 (BRASIL, 2009), inclusive podendo confeccionar o seu cartão SUS (cartão que todo usuário deve possuir para ter acesso à saúde) apenas com seu nome social, o direito de ter sua identidade de gênero respeitada pela Lei Municipal nº 9137 (CITAR) em qualquer estabelecimento público ou privado que a pessoa estiver, bem como contatos da equipe e de dispositivos governamentais parceiros, como o Centro de Referência de Direitos Humanos, caso seja necessário.

### **A distribuição de preservativos “na pista”**

Outra estratégia de intervenção que surgiu no âmbito deste trabalho grupal foi a distribuição de preservativos nos principais pontos de prostituição da cidade ou, como as mulheres travestis e transexuais denominam, “na pista”. O objetivo dessa ação era atingir também travestis e transexuais que se prostituem, ampliando o alcance do grupo.

Nesse sentido, o grupo optou por ir a uma determinada sexta-feira do mês às ruas com caixas de preservativos e distribuindo conforme a necessidade das pessoas encontradas. Nessas idas às ruas, percebeu-se como o preservativo é realmente necessário para a profissional do sexo, de modo que a distribuição se estendeu a mulheres cisgênero que também trabalham com prostituição. Como o Centro e Testagem e Aconselhamento (CTA) limita o número de preservativos retirados diretamente no serviço, o grupo optou por ofertar bem mais para que as meninas possam

atender mais clientes e não se colocar em situação de risco por conta da falta do dispositivo de proteção. Outro ponto discutido foi que ir até elas nas ruas seria uma forma de fazer o preservativo chegar a quem precisa, visto que muitas pessoas acabam não indo nos postos de saúde fazer a retirada. Além dos preservativos, os folhetins elaborados pelo grupo e convites para os encontros eram distribuídos com o intuito de aumentar o alcance da rede informal construída.

### **Considerações finais**

Com base na experiência do grupo VisiTrans e na análise da pesquisa relação entre a construção de corpos e subjetividades travestis e transexuais e o sistema de saúde. Tendo em vista o alto preço dos serviços na esfera particular, e o fato da cirurgia transexualizadora no país só ter sua realização autorizada na rede pública, muitas pessoas trans buscam apoio no Sistema Único de Saúde (SUS), tendo em vista que o sistema cobre alguns procedimentos, tais como acompanhamento hormonal e a cirurgia de transexualização, tão desejada por algumas pessoas. Essas articulações se materializam nas falas das/os participantes de modo a aproximar a equipe de pesquisa da realidade que pessoas trans enfrentam no município e de pensar coletivamente em estratégias de contornar os obstáculos encontrados.

Outro ponto que fica bastante claro a partir da experiência com o grupo de apoio, é a necessidade de uma articulação realmente eficaz entre a universidade, detentora do saber-poder, a sociedade civil, principalmente aquelas pessoas que tem seus direitos e sua cidadania negligenciados, e o Estado, para a promoção de estratégias de enfrentamento à transfobia e a violação de direitos impostas aos indivíduos. Essa articulação possibilita a construção de políticas públicas mais eficientes, contando com a coparticipação da população-alvo no processo, políticas essas que visem amenizar as desigualdades as quais essas pessoas são sujeitadas cotidianamente, por subverterem a lógica arbitrária imposta por uma sociedade normativa que cola sexo à identidade de gênero.

No que tange à experiência do grupo de apoio, percebe-se que a extensão universitária pode ser um espaço profícuo de articulação entre pesquisa e prática profissional, ressaltando o compromisso social da universidade em proporcionar uma devolutiva às

populações em contexto de vulnerabilidade social que os/as acadêmicos/as produzem conhecimento. Nesse sentido, o grupo VisiTrans se articulou tentando promover discussões acerca dos direitos de pessoas trans em várias esferas da vida, tendo como foco acesso pleno à saúde de modo integral e universal. Além disso, destacaram-se as ações no âmbito da Justiça, através do encaminhamento de processos de mudança de nome e estado de gênero com vistas a possibilitar o reconhecimento legítimo da sua identidade de gênero.

Neste sentido, como afirma Melo Neto, a extensão é:

um trabalho social útil sobre a realidade, realizando-se como processo dialético de teoria e da prática dos envolvidos nesse trabalho, externando um produto que é o conhecimento novo, cuja produção e aplicabilidade possibilitam o exercício do pensamento crítico e do agir coletivo. (2003, p. 5).

Concordamos com este autor no sentido de entendermos que a extensão como trabalho social útil e crítico torna-se uma possibilidade de produção de conhecimento científico com ação participativa.

Esse espaço pode e deve ser potencializado como uma forma de articulação entre um modelo de universidade engajado com as questões sociais que estuda, pois se espera que o conhecimento que é produzido nas universidades possa contribuir com a melhoria da qualidade de vida das populações mais vulneráveis e que possa pautar o Estado na formulação e implementação de estratégias, afinal, não se pode isentá-lo de sua responsabilidade no âmbito das políticas públicas.

Vale ressaltar que, no âmbito da psicologia social, estratégias coletivas de ação, como a apresentada nesse artigo, podem atuar como um dispositivo de transformação social de realidades complexas, nas quais parcelas da população em situação vulnerável encontram-se frequentemente invisibilizadas. Mais que isso, experiências grupais como as descritas neste relato de extensão com interface em pesquisa podem possibilitar também transformações em nível pessoal para os/as participantes, trazendo maior compreensão de seus direitos e possibilitando que se articulem coletivamente e que possam agenciar suas próprias vidas.

Por fim, vale destacar que esta experiência de extensão com interface em pesquisa se ancora nas perspectivas teórico-epistemológicas e ético-políticas que tentam romper com a hegemonia da racionalização cognitiva

como única sustentação válida para a prática científica. Sobretudo, no sentido de elucidar e confrontar relações de poder hierarquizadas que tentam separar (e rivalizar) pesquisa, ensino e extensão.

## Referências

- ARÁN, M.; MURTA, D. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 15-41, 2009.
- ARÁN, Márcia; Zaidhaft, Sérgio; Murta, Daniela. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, n. 1, p. 70-79, 2008.
- BATISTA, Neiza Cristina S.; BERNARDES, Jefferson; MENEGON, Vera Sônia M. Conversas no cotidiano: um dedo de prosa na pesquisa. In: SPINK, Mary Jane et al. (Org.). *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2014.
- BENEDETTI, Marcos Renato. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005.
- BENTO, Berenice. *A (re)invenção da transexualidade: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BORGES, Carolina de A.; SOUZA, Martha. Saúde das travestis: um desafio para a enfermagem. In: SIMPÓSIO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, XVI – Aprender e empreender na educação e na ciência do Centro Universitário Franciscano – UNIFRA, out. 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria Federal n° 1.457*, 2008. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1457\\_06\\_07\\_2012.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1457_06_07_2012.html).
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria Federal n° 1.707*, 2008. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707\\_18\\_08\\_2008.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html).
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria Federal n° 1.820*, 2009. Disponível em: <http://www.brasilus.com.br/legislacoes/gm/109086-1820.html?q>.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica 2000. p. 151-169.

- BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.
- BUTLER, Judith. *El género em disputa: el feminismo y la subversión de la identidad*. Buenos Aires: Paidós, 2001.
- FIRESTONE, Shulamith. *La dialéctica del sexo*. Barcelona: Kairós, 1976.
- FISCHER, Beatriz Daudt. Foucault e histórias de vida: aproximações e que tais. *História da Educação*, Pelotas, n. 1, p. 5-20, abr. 1997.
- FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 10, p. 58-78, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. Política e Ética: uma entrevista. In: *Ética, Sexualidade e Política*, por Michel FOUCAULT, 218-224. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- GREER, Germaine. *The female eunuch*. London: Paladin, 1971 [1970].
- HARAWAY, Donna J. *Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinención de la naturaleza*. Madrid: Cátedra, 1995.
- LIONÇO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 43-63, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v19n1/v19n1a04.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2014.
- MACHADO, Paula S. *O sexo dos anjos: representações e práticas em torno do gerenciamento sociomédico e cotidiano da intersexualidade*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil, 2008.
- MELO NETO, José Francisco. Extensão universitária e produção do conhecimento. *Conceitos*, João Pessoa, v. 5, n. 9, p. 13-19, 2003.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.
- PELÚCIO, Larissa. Mulheres com algo mais: corpos, gêneros e prazeres no mercado sexual travesti. *Revista Versões*, v. 3, p. 77-93, 2007.
- PRINS, Baukje; MEIJER, Irene C. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan. 2002.
- PERUCCHI, J. et al. Brazil-s Unified Health System (SUS) and its treatment for transgender people. *Psychology (Irvine)*, v. 5, p. 1090-1094, 2014.
- RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade (Tradução em português de circulação restrita). In: ABELOVE, H.; BARALE, M.; HALPERIN, D. (Org.). *The lesbian and gay studies reader*. Londres: Routledge, 1993.
- TRAD, Leny A. B. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Revista de Saúde Coletiva*, 19(3), p. 777-796, 2009.
- WITTIG, Monica. *The straight mind*, Feminist Issues, n. 1, 1980.